

TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Luigi Verardo

Técnico da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag)

Abordar as mudanças do denominado “mundo do trabalho” exige que se considere o processo de reestruturação produtiva antes de se ater a particularidades de ordem social, política e cultural. As relações de trabalho e as formas de organização dos trabalhadores estão profundamente relacionadas com as transformações da produção e do mercado.

As evoluções comerciais, revolução industrial e, posteriormente, as fases das reestruturações produtivas foram demarcando com maiores ou menores traços as particularidades dos mundos do trabalho. A partir do século XIX e no começo do século passado, o processo de industrialização organizou de forma mais profissional o trabalho desferindo ataques às organizações trabalhistas, derrotando os trabalhadores qualificados. O processo de implantação do taylorismo e fordismo confrontou com os sindicatos de ofício e promoveu a dissociação, de forma radical, do *saber* e do *fazer*, compartimentando o *poder de decisão da atividade produtiva*. Incorporou progressivamente o saber do trabalhador aprofundando a dicotomia *concepção-execução* do trabalho. A produção passou a ser em série e os produtos padronizados e conforme os interesses do consumo de grandes massas. O processo de produção fundou-se, progressivamente, no controle do tempo, produção intensiva com as atividades parceladas e fragmentadas. O trabalho passou a ser uma atividade essencialmente física, repetitiva e especializada numa fábrica em que se concentram muitos trabalhadores sob um funcionamento (ordem e controle) bem centralizado e hierarquizado.

Na segunda metade do século passado começaram a surgir modelos alternativos à organização fordista e taylorista buscando, em tese, maior envolvimento dos trabalhadores. Mas, dentre os diversos ensaios, o mais importante é o modelo japonês, o toyotismo. A reestruturação toyotista e suas combinações e variantes tiveram, por sua vez, que desferir golpes mortais ao movimento sindical. Além da derrota do sindicalismo japonês na década de 1970, vale lembrar a que foi reduzida a histórica resistência da organização trabalhista inglesa no final do século passado.

A moderna fase da reestruturação produtiva passou a incorporar diversas tentativas anteriores e combinar evolução tecnológica (automação, microeletrônica etc.) com flexibilização e gestão participativa. A reestruturação racionalizou o tempo (*just-in-time*), incorporou o modelo advindo dos supermercados onde se trabalhava com o estoque mínimo e incorporou as experiências das indústrias têxteis, onde os operários já operavam, num mesmo tempo, diversos teares.

Agora, sob a égide da flexibilidade, os produtos do trabalho são voltados para atender às particularidades do mercado em vez de produzir de forma patronizada, como era o modelo

anterior. A flexibilização passa a servir para diversificar o produto, fabricando dessa ou daquela forma, daquela e da outra cor, desse ou daquele tamanho... Mas a introdução da flexibilização também serviu e serve para desregular direitos trabalhistas historicamente adquiridos pela classe trabalhadora. A racionalização do tempo e a produtividade também significam enxugar a folha de pagamento. Contando com a evolução tecnológica (computador, controle numérico, sistema *on line* etc.), flexibilização e gestão participativa, a indústria fica mais horizontalizada. Passa a contar com um número enorme de serviços de outras empresas de portes médio e pequeno onde as condições de trabalho normalmente ficam abaixo dos mais elementares direitos trabalhistas. Pela descentralização industrial pulveriza-se a organização dos trabalhadores e segmenta-se a classe operária entre os qualificados “estáveis”, que recebem incentivos, os semiquilificados, os precários, os terceirizados, os prestadores de serviço de dentro da unidade ou de fora etc.

Ao mesmo tempo, aumenta-se produção, cresce produtividade e eliminam-se muitos postos de trabalho. É bem verdade que, muitas vezes, aumento de produção não representa racionalização e produtividade. Existe pesquisa na região da Grande São Paulo que mostra que aumento de produção geralmente se dá mais pela intensificação do ritmo de trabalho e aumento da jornada do que das propaladas “modernas tecnologias”. Aliás, nas denominadas “economias em desenvolvimento” a diminuição do poder regulador do Estado adquire dimensão ainda mais séria sobre o mundo do trabalho, quando se leva em conta que o amparo social sempre esteve longe da política do *welfare state*.

A partir do início da década de 1990, no Brasil, o processo de abertura do mercado (desregulamentação comercial) e a situação falimentar de inúmeras empresas aumentaram ainda mais o número de desempregados, excluídos, precarizados e dos que passaram a trabalhar no denominado “setor informal” — trabalhando sem carteira, como autônomo (individual ou associado) ou em trabalho familiar — atividades que se caracterizam como de ausência de direitos assegurados publicamente. Na mesma década, além do crescimento do número do desemprego, houve uma diminuição de renda e os trabalhadores tornaram-se mais informalizados. Durante os seis primeiros anos da década passada, a informalidade estudada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta um crescimento de 40% para 47%, nas seis principais regiões metropolitanas. No início de 2004 a percentagem dos com carteira assinada foi reduzida a 39,7%. Um estudo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aponta em 58% a percentagem dos trabalhadores informais no mercado, com acentuada elevação nas regiões Norte e Nordeste.

Nesse cenário, tem crescido no Brasil o movimento denominado “Economia Solidária”. Como resposta à realidade do mundo do trabalho, a *Economia Solidária tem potencialidade de se constituir como novo modelo de organização de trabalho, como alternativa à informalidade e à precarização*. Assim, pode promover mudanças nas relações de trabalho agregando nova qualidade de vida, trabalho e renda. Mas isso só pode ser alcançado quando se tem um projeto ou plano estratégico de construção dessa alternativa, com base em: 1) *decisões democráticas* não apenas no voto periódico e representação indireta, mas na *partilha de poder e controle da vida do empreendimento coletivo*; 2) que tanto o trabalho educativo quanto o método de acompanhamento promovam *autonomia e inteligência coletiva*; e 3) práticas de relacionamento em que a *solidariedade e reciprocidade prevaleçam sobre a competição e concorrência*.

Quando não se tem essa perspectiva, devemos considerar que o trabalho precário ou informal não fica desligado da economia regular. Acabam vivendo comumente à margem,

alimentando o sistema fundamentado na lógica da submissão e exploração. E então a Economia Solidária corre o risco de servir como simples resposta à situação indesejada, mantendo os trabalhadores no patamar inicial da mera sobrevivência, inscrevendo-se no interior da lógica do mercado causador daquela situação e, de certa forma, aceitando a permanência no limiar da exclusão e marginalidade. Trabalhando geralmente em piores condições de trabalho, ganhando menos, contribuem, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento do grande capital e das grandes indústrias, quando não servindo para administrar a crise criada pelo sistema econômico hegemônico. Isso pode ocorrer quando falta um projeto mais abrangente que permita o *salto de qualidade*, já referido.

Retomando mais um pouco a questão da reestruturação produtiva, temos no toyotismo uma política de envolvimento em que a participação dos trabalhadores é mais ampla do que no taylorismo (que tinha como o ideal do trabalhador da produção o paradigma do “macaco treinado”). Agora, no toyotismo o trabalhador é convidado a participar como trabalhador capaz de dar sugestões, de se envolver com sua emoção e saber a serviço de uma melhoria da produção e da qualidade do produto. Esse envolvimento permite incorporar as Caixas de Sugestões, o Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) até chegar ao sistema de célula de produção, num processo progressivo de comprometimento do corpo, da alma e do saber. Esse envolvimento acaba promovendo a falsa idéia de que esteja existindo uma efetiva participação e uma dimensão humana nas relações de trabalho. Decorrente dessa política encontram-se pessoas que chegam a acreditar tratar-se, de fato, de democracia. Há quem até confunda esse estágio *participacionista com autogestão*.

Faz parte da terceira fase da reestruturação industrial o trabalhador dar sugestões, participar de festas e até fazer compras com colegas de trabalho etc. Porém, das contas da empresa e das instâncias que realmente decidem a vida da empresa e o destino dos trabalhadores quando se tem alguma notícia tem-se de forma parcial. Quer dizer, na empresa participa-se de muitas coisas, menos do essencial.

Temos de fazer uma distinção entre o que é uma participação ativa e plena do que é uma participação parcial, o que é um trabalho humano, do que é um trabalho fragmentado e alienado. Só porque existe um determinado envolvimento participativo, dentro de uma política participacionista, pode-se confundir, numa visão menos crítica, aquele processo com democracia, solidariedade e com autogestão. É necessário, portanto, distinguir o que significa *participar com dominação* do que significa *participar com liberdade*. Participação democrática não se limita em votar a cada três anos para seus representantes, mas, principalmente, partilhar do poder, das decisões e do controle do empreendimento.

Dentro da perspectiva de construção de projeto solidário e de autogestão pode-se qualificar o trabalho para além das categorias “patrão” e “empregado” e da dualidade “trabalho formal” e “trabalho informal”, podendo promover, pelo menos em alguma medida, um movimento no sentido de resgatar a dimensão humana do trabalho em seu aspecto realizador e criativo. Mas, para isso, não basta se dizer solidário: é preciso ser solidário e saber com quem se é solidário. Não basta participar: é necessário acesso à informação, poder de decisão e controle do negócio. Em suma, um *projeto autogestionário*.